

**PENSANDO  
O ESPAÇO  
DO HOMEM**

**ANTONIO SANTOS**

00019571





# O Presente como Espaço \*

fevereiro de 1977

J Brunhes, um dos precursores da geografia moderna, consagrou uma seção inteira de seu clássico livro "aos novos fatos geográficos" (1942, 1956, p. 220). Mas o que vem a ser o novo? Ptolomeu, em sua *Geografia*, aconselhava-nos com razão a meditar no que representa o presente e no que representa o passado, bem como decidir o que é crível e aquilo que não o é\*\* (Ptolomeu, *Geography*, apud Fischer et alii, pp. 24-25).<sup>1</sup>

O passado, entretanto, pode ser definido mais facilmente. Quanto ao presente, antes se especula sobre ele.

Toulmin e Goodfield (1957, p. 18) afirmam que "o passado passou, e passou para sempre"; enquanto para Morgenstern (... 1960, p. 40) "o passado está morto, só o presente é real". De que vale porém fazer tal afirmação para dizer em seguida, como Henri Fouillon: "Mas a atualidade me escapa. Que é então a atualidade?" (G. Kubler, 1973, p. 43).

\* Conferência pública proferida por ocasião do 150º aniversário da Universidade de Toronto (3/2/1977).

\*\* Consideramos pois necessário prestar maior atenção aos registros mais novos do nosso tempo, pensando, contudo, em nossa descrição esses novos registros e aqueles pertencentes ao passado, e decidindo o que é crível e aquilo que não o é.





O atual é tanto mais difícil de apreender, nas fases em que a história se acelera, quanto nos arriscamos a confundir o real com aquilo que não o é mais. Felizmente, conforme escreveu Stephan Hales (1727, p. 318) a propósito das incertezas de um raciocínio sobre a natureza, "com um esforço encontramos as coisas que estão diante de nós". O que se acha diante de nós é o agora e o aqui, a atualidade em sua dupla dimensão espacial e temporal.

O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total. Por isso, o momento passado está morto como "tempo", não porém como "espaço"; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social. "Todavia, estamos acostumados a pensar que o passado está morto, e que nada do passado pode ser também presente", escreveu Bertrand Russel (1948, 1966, p. 231).

### *O Espaço como Presente*

Para apreender o presente, é imprescindível um esforço no sentido de voltar as costas, não ao passado, mas às categorias que ele nos legou. Conservar categorias envelhecidas equivale a erigir um dogma, um conceito. E, sendo histórico, todo conceito se esgota no tempo. Se quisermos apreender o "presente como história" de Lukács e Sweezy, devemos ver o passado como algo que encerra as raízes do presente, sob pena de nos perdermos num presente abstrato, irreal e imponente (Della Volpe, 1974, p. 292).<sup>2</sup>

Os fatos estão todos aí, objetivos e independentes de nós. Mas cabe a nós fazer com que se tornem fatos históricos, mediante a identificação das relações que os definem, seja pela observação de suas relações de causa e efeito, isto é, sua história, seja pela constatação da ordem segundo a qual eles se organizam para formar um sistema, um novo sistema temporal, ou melhor, um novo momento do modo de produção antigo, um modo de produção novo, ou a transição entre os dois. Sem relações não há "fatos". É por sua existência histórica, assim definida, no interior de



uma estrutura social que se reconhecem as categorias da realidade e as categorias de análise. Já não estaremos, então, correndo o risco de confundir o presente com aquilo que não mais o é.<sup>3</sup>

## *O Período Técnico-Científico e a Universalização da Sociedade*

Dentre as múltiplas denominações aplicadas ao nosso tempo, nenhuma é mais expressiva que a de período tecnológico. A técnica, esse intermediário entre a natureza e o homem desde os tempos mais inocentes da história, converteu-se no objeto de uma elaboração científica sofisticada que acabou por subverter as relações do homem com o meio, do homem com o homem, do homem com as coisas, bem como as relações das classes sociais entre si e as relações entre nações. A brutalidade das transformações ocorridas na totalidade do mundo, no curso dos últimos trinta anos, impede-nos de pensar que o passado, embora próximo, seja ainda dominante. Trata-se de uma fase inteiramente nova da história da humanidade.

Ciência, pesquisa pura e aplicada, tecnologia e *mass-media* são, sem sombra de dúvida, os pilares do período tecnológico. Mas o grande veículo de sua afirmação histórica em todas as partes do mundo foram as empresas transnacionais. A mitologia da planificação abriu o caminho para elas. Só as empresas multinacionais poderiam objetivar as tendências iminentes do período e impor em toda parte essa forma de universalização perversa que caracteriza a vida mundial em nossos dias.

As empresas transnacionais, instrumentos de concentração e acumulação, respondem a um duplo objetivo: utilizar a mão-de-obra barata dos países subdesenvolvidos para produzir a baixo custo produtos de exportação, e elevar as taxas de lucros, que desceram a um nível bastante baixo nos países que integram o centro do sistema. Estes dois objetivos não poderiam ser atingidos sem uma mundialização da produção e do consumo, das trocas e do mercado, do capital sob todas as suas formas e do trabalho. O próprio Estado torna-se internacionalizado, não apenas por suas funções externas, mas também por suas funções internas, como a de assegurar as condições do crescimento econômico ao nível mundial.

Já em meados dos anos 60, M. Dobb (1961, p. 144 *in* Tsuru) assinalava a tendência das firmas a uma acumulação interna, justificada pela necessidade de contrapor-se à rapidez da evolução tecnológica, utilizando-se esse financiamento interno como fonte de independência em



relação aos mercados de capitais e aos bancos, com os quais passam desde então a relacionar-se de maneira diferente. Esse tipo de acumulação não seria possível sem a generalização do monopólio em escala mundial. Neste último nível, são ainda os progressos verificados na tecnologia da produção e do *management* que asseguram a coleta de *royalties*, a título de transferência de licenças e venda de serviços. Ao jogo contábil entre firmas irmãs, meio encontrado pelos monopólios para escapar à fiscalização, agrega-se a possibilidade de falsear ainda mais o jogo contábil, pelo fato do fornecimento de serviços permitir ao fornecedor monopolista a fixação unilateral e arbitrária do preço a pagar. O multiplicador tecnológico torna-se doravante uma fonte de acumulação muito mais significativa do que o multiplicador financeiro. Pode-se então falar de superexploração e de superacumulação.

O papel do consumo, à semelhança do terciário, não tem sido suficientemente considerado. P. Sweezy (1973, p. 1) observa que n' *O Capital* Marx não analisou nem discutiu o papel do impacto tecnológico sobre o consumo e, através deste, sobre a acumulação e o desenvolvimento social. A vinte anos do fim do século XIX, não podia Marx atribuir a essa variável o papel que ela assumiu com a revolução tecnológica e a rápida difusão das inovações.

Por outro lado, a acumulação já não é exclusivamente dependente da produção, visto como o consumo se transformou num instrumento tão importante, que ele próprio acarreta um processo de produção que se torna posteriormente autônomo.

A produção material, que no tempo de Marx era o elemento fundamental da análise, precisou dividir esse papel com os serviços. São muitos os que, a partir de uma leitura literal dos textos de Marx, ainda repetem que as atividades terciárias são improdutivas. Somente aos transportes dera Marx um papel fundamental no circuito econômico, como liame indispensável entre a produção e o consumo. Contudo, o que distingue as épocas históricas é justamente a mudança de papel, ou seja, de valor relativo, dos elementos de um sistema. Atualmente, graças ao papel maior da ciência e da tecnologia,<sup>4</sup> as atividades terciárias converteram-se na fonte essencial de dominação e de acumulação. Sempre será lícito falar de seu papel parasitário, exercido de cima para baixo: do mundo desenvolvido para o mundo subdesenvolvido, das grandes nações para as pequenas, dos grandes monopólios para as pequenas firmas, de uma burguesia internacional ou internacionalizada para o resto da humanidade. Mas ser parasita não é sinônimo de improdutividade. É através das atividades de pesquisa, de engenharia e de gestão, dos intermediários financeiros, como os bancos, as companhias de seguro e as companhias de crédito, bem como o aparelho de turismo e as cartas de crédito, que a acumulação se exerce em



escala mundial. Ademais, os mecanismos financeiros em vigor permitem às grandes firmas reinvestir na maioria dos países, sobretudo na periferia, sem necessitar sequer transferir capitais: estes são encontrados *in situ*, através da utilização da poupança compulsória das populações locais e do incentivo ao consumo. Existem, portanto, grandes massas de capital que permanecem livres nos países do centro e que estão prontas a participar de uma especulação cuja função não é unicamente econômica, mas financeira e mesmo política.

As companhias transnacionais aparecem então como parceiras a um tempo necessárias e ameaçadoras para os Estados, mesmo os mais poderosos.

As tendências à indivisibilidade do capital mostram-se mais profundas e atingem todas as esferas — as da produção e as da distribuição, incluindo-se a publicidade — criando novas necessidades de acumulação e, ao mesmo tempo, de circulação de capitais mais maciços.

Como a previsão, indispensável neste nível, aumenta a necessidade de liquidez, a procura do dinheiro líquido torna-se desenfreada, e os capitais empregados têm de sofrer uma rotação mais rápida para compensar a tendência à baixa das taxas de lucro. Como resultado, os capitais que circulam mais rapidamente proporcionam uma taxa de lucro mais elevada (caso dos serviços modernos) e atraem os capitais mais poderosos, ficando os outros relegados a outras atividades. O *fracionamento do lucro* aparece, pois, como uma necessidade orgânica do sistema. Trata-se de uma divisão do trabalho financeiro, que permite passar aos setores monopolistas, cuja existência é responsável por esse fracionamento, a mais-valia obtida nos outros setores. Mesmo as atividades populares com nível de capital muito baixo não escapam a isso.

Para os países subdesenvolvidos, o resultado é claro: produção sem relação com as necessidades reais; exportações e importações nocivas à economia nacional; superutilização dos recursos sociais em homens e em matérias-primas, em benefício das grandes firmas mundiais; subutilização da força de trabalho e dos recursos efetivamente indispensáveis à sobrevivência. No plano do Estado, endividamento crescente, distorção na destinação dos recursos, proteção, torna-se indispensável, às atividades que sustentam o “crescimento” e o comércio exterior, com o conseqüente empobrecimento do Estado. No plano social, agravamento do não-emprego, da pobreza, das condições de *habitat*, educação, saúde e alimentação. Empobrecimento relativo e absoluto.

A economia moderna mundializada, suas repercussões na economia de cada país, as relações que desde então se estabelecem entre influências externas cada vez mais deformantes e uma estrutura interna cada vez mais deformada, tudo isso engendra um modelo de utilização





dos recursos naturais, uma estrutura da produção, uma estrutura do consumo e uma estrutura de classes cujos resultados relativamente ao homem e ao espaço são específicos deste período da história, ainda que frequentemente isto represente um agravamento e uma ampliação das tendências já delineadas desde o fim do século XIX.

Os mecanismos de dominação são agora mais sistematicamente elaborados. Para fazer sua entrada, o modo de produção tecnológico pode simplesmente utilizar-se da ideologia do consumo mediatizado pelo comércio, mesmo que não haja produção local correspondente. Foi por isso que Grisoni e Maggiori escreveram (1975, p. 896): "Mede-se o valor da ideologia pela sua influência histórica nas massas, mas também por seu *potencial instrumental*, por sua *energia reativa*, enfim, por sua *capacidade de tornar-se força material*".

Nos países subdesenvolvidos, a ideologia precede o modo de produção. Ela não é um reflexo ou um espelho, uma superestrutura, ou seja, um resultado da produção. É, sim, o instrumento de penetração dos modos de produção novos, uma causa. A ideologia do crescimento, ao nível da nação e do Estado, e a ideologia do consumo, ao nível dos indivíduos, são o motor da introdução de novas formas de produção.

Vivemos numa época em que o superestrutural se adianta ao estrutural, não somente para preparar o seu advento como também para determinar-lhe os contornos. Os papéis do Estado e da ideologia, ao nível nacional e principalmente ao nível internacional, são fundamentais para a definição da totalidade do aparelho produtor, depois da produção propriamente dita, até aqui chamada consumo. No passado, a ideologia era uma emanação direta de cada formação econômica e social. Hoje, tal relação rompeu-se, inverteu-se, porque o econômico foi totalmente mundializado e porque já não existe uma defasagem entre produção e emissão de uma ideologia elaborada alhures, nem tampouco sua recepção e consumo no mesmo lugar.<sup>5</sup> Atingimos assim uma fase histórica em que as transformações econômicas podem ser obtidas, a princípio, a partir de manipulações ideológicas, antes mesmo que uma presença mais maciça do capital de produção ou do capital comercial seja necessária.



## O Espaço Global

O período atual assistiu à multiplicação exponencial das taxas de fixidez do capital e, concomitantemente, a uma elevação bastante rápida de sua composição orgânica. Do mesmo modo, a rigidez dos instrumentos de trabalho aumentou com o seu corte e a sua especialização, o que os tornou cada vez mais fixos ao solo. Pelo contrário, para o capital-mercadoria, assim como para o capital-dinheiro ou o capital-trabalho, nunca se viu uma necessidade tão premente de movimento. Mas o movimento não significa forçosamente dispersão, e os capitais financeiros, que são em parte móveis, nem por isso são menos concentrados.

Se os instrumentos de trabalho são mais dispersos na escala do planeta, a produção tornou-se autônoma em relação ao consumo, e o sistema funcional em que as novas forças produtivas se inserem não é nem local nem regional, nem tampouco nacional. Tendo-se tornado internacional, é à lógica das firmas multinacionais que esse sistema obedece.

Essa forma de universalização altera as dimensões geográficas da atividade humana. Quando a divisão do trabalho, e a cooperação perversa por ela ocasionada se estendem à escala do planeta, o mundo como espaço se torna o espaço global do capital<sup>6</sup>.

Mas a universalização não suprime os particularismos. Leis mundiais, definidas pelas necessidades do sistema em seu centro, agem sobre sociedades já desiguais pela ação anterior do capital, contribuindo para manter ou agravar as diferenças. As diferenças sobretudo se exprimem em termos de forças produtivas e relações de produção, em termos de custos e preços, em termos de valor dos produtos e do dinheiro, em termos de nível de consumo e de renda, e é tudo isso que define um país, já interiormente, já em suas relações com os demais.

A nova estrutura da acumulação tem um efeito certo sobre a organização do espaço, visto que ela agrava as disparidades tecnológicas e organizacionais entre lugares e acelera o processo de concentração econômica e geográfica. Todo esforço no sentido de descentralizar tem como resultado uma concentração, segundo a expressão de L. Navarro de Brito (1972) porquanto a organização do espaço não é indiferente à "qualidade" do capital instalado nos diferentes pontos do espaço.





Uma vez que a acumulação do capital depende da rapidez de sua circulação, os meios de produção tendem a acumular-se mais nos lugares de produção, junto aos instrumentos de trabalho fixos. Como disse Marx, "eles devem estar prontos para serem utilizados nos locais de produção" (*Capital*, Livro II, Capítulo V, p. 144).

Macrocefalias extravertidas e aparelho de transporte desproporcional distorcem a economia, chamada a produzir mais em valores de troca a serem utilizados alhures e por outros, e a organização do espaço, onde as cidades médias, esmagadas pela cidade grande e desligadas de sua região, são votadas exclusivamente ao papel de distribuição de serviços, pois sua capacidade de produção não cresce paralelamente à das metrópoles nem à demanda circundante.

A isto deve-se acrescentar o aceleramento da tendência a um comando externo da economia, dominada por considerações que não interessam à formação econômica e social para o seu desenvolvimento autônomo.

Pode-se agora falar, com Sorre, de um "espaço social global definido por uma rede de relações prodigiosamente complexa, impossível de reduzir-se às três dimensões da geometria clássica" (1957, p. 144). Pierre George chega a falar de uma *a-espacialização das relações que tecem o espaço*, pretendendo com isso evidenciar a importância dos vetores extranacionais na evolução atual da organização geográfica. Para ele, "a multiplicação dos sistemas de relações concretas e invisíveis, a a-espacialização das maiores operações econômicas e financeiras, que assumem uma dimensão planetária e já não guardam senão pontos de contato 'estratégicos' com um espaço definido, requerem que se reconsidere em seu conjunto as noções de dimensão, distância e espaço" (1974, p. 149).

Nós mesmos propusemos considerar em cada país a existência de dois sistemas urbanos superpostos, um orientado sobretudo para o exterior, outro mais ligado às atividades de interesse nacional (*national building*), ambos, porém, podendo estabelecerem-se nas mesmas formas (Santos, 1975).

Com o advento de uma sociedade mundial, também o espaço se tornou mundial. Num mundo em que as determinações se verificam em escala internacional, num mundo universalizado, os acontecimentos são comandados direta ou indiretamente por forças mundiais. É a unidade dos acontecimentos e a cumplicidade das formas que perfazem a unidade do espaço. Pode dizer-se que o espaço atual é global. Todavia, não se trata, de forma alguma, de *a-espacialização*.

O movimento brusco de unificação, iniciado desde os primórdios do período capitalista, em



meados do século XVI, é também um movimento de diversificação que consagra o princípio da unidade e diversidade na História. Tal movimento atinge o seu ápice neste moribundo período tecnológico, quando cada nação só parece poder encontrar o seu destino na forma de um Estado.

A Nação-Estado é a formação sócio-econômica *por excelência*, não menos pela necessidade e complexidade das relações exteriores que pelas necessidades emergentes das sociedades locais. Neste mundo de agudas contradições, a proliferação dos Estados é uma necessidade para a expansão do imperialismo em sua fase atual, porque ele institucionaliza e facilita a penetração.<sup>7</sup> A Nação-Estado é em grande parte consolidada e por vezes o resultado das contradições internas criadas pelo capitalismo tecnológico, notadamente por aspirações que a exacerbam da publicidade e do comércio exterior faz nascer, como a diversificação do consumo, desde a alimentação até a educação.

Analogamente, é pelo fato das estruturas sociais se terem tornado tão específicas que o Estado nacional se impõe como uma necessidade. Com efeito, a mundialização das relações, que são igualmente relações hierárquicas, estimula a contradição em toda parte: formas diversas de nacionalismo, fundado na exploração dos recursos naturais e humanos, a pobreza crescente lado a lado com a riqueza crescente e a necessidade, imposta ao Estado, de levar tudo isso em conta. Que dizer do fato de que duas grandes potências, e só elas, conhecem melhor do que ninguém as riquezas naturais dos demais países e elaboram as técnicas de sua utilização? O valor dos espaços "vazios" tornou-se algo desconhecido de todos, salvo para essas duas superpotências. É-se levado a considerar toda porção de espaço como potencialmente utilizável.

Falava-se outrora do ecúmeno e de tudo o mais. Hoje, o *espaço humano* compreende as áreas que permaneceram como *espaço biológico*, incluídas porém na rede de relações que, em nossos dias, já não são estritamente econômicas, senão também políticas, etc., relações efetivas, mas também potenciais. Se existem espaços vazios, já não existem espaços neutros.

Contrariamente a J. Gotmann (1975, pp. 44-45), não somos de parecer que a utilidade das fronteiras haja diminuído.<sup>8</sup> Atualmente, as necessidades políticas e de segurança, a preocupação de preservar as riquezas naturais e o meio ambiente não permitem excluir os espaços antes considerados vazios ou neutros relativamente às preocupações do Estado e da população nacional, principalmente se eles forem também alvo da cobiça de outros países.

Hoje, quando se fala de espaço total fala-se de uma multiplicidade de influências superpostas: mundiais, nacionais, regionais, locais; no entanto, o espaço é maciço, contínuo, indivisível.





igualmente indivisível. A Região aparece como um *espaço de conveniência*, um quadro a utilizar para a reprodução das relações sociais. Lugares, subespaços, nada mais são de que *espaços funcionais*. Só a consideração do espaço total permite apreender o papel da paisagem no movimento global da economia e da sociedade.

Os Estados-Nações, formações econômicas e sociais tanto quanto totalidades legítimas, são também a unidade geográfica de estudo. É esse espaço que nos interessa aqui, porquanto pode-se estudá-lo como uma totalidade menor no interior de uma totalidade mais ampla, o espaço mundial. Contudo, a totalidade do espaço mundial não se presta a um esforço de análise, pois deixa escapar a especificidade das relações internas próprias de cada sociedade, essa estrutura integral que a define. Ademais, é dotavante impossível analisar o espaço e sua evolução sem levar em conta o papel do Estado na vida econômica e social.

Existe atualmente um "controle involuntário" (ou "não desejado") dos ritmos do espaço, mente comandado pelo Estado e pelas grandes firmas enquanto Instituições. Esse tempo das coisas comandadas pelo Estado e pelas Instituições é um exemplo do tempo empírico, já que agora o movimento da matéria obedece a disposições legais, formais, negativas — vale dizer, proibitivas — das mudanças de formas, ou positivas — ou seja, investimentos ou encorajamentos ao investimento —, que acarretam modificações na forma.

Quando o Estado se torna um aliado, um elemento ativo no curso da economia, esse mecanismo torna-se então ainda mais freqüente. É o que acontece atualmente.

## *Alienação do Espaço do Homem*

Observou Sorre (1957, pp. 14-17 principalmente) a familiaridade dos povos "primitivos" com o seu espaço, sua percepção do espaço confundindo-se com o espaço social necessário à reprodução de sua vida. Quando a economia se complica, uma dimensão espacial mais ampla se impõe, e o espaço do trabalho é cada vez menos suficiente para responder às necessidades globais do indivíduo. Sua tarefa não passa de uma parcela ínfima dentro de um processo que in-



teressa a milhares ou a milhões de pessoas, separadas freqüentemente por milhares de quilômetros. A percepção desse grande espaço torna-se então, fragmentária, enquanto o espaço circundante só explica uma parcela de sua existência.

A especialização crescente da produção, numa base regional mas não raro ligada a interesses distantes, assim como a multiplicação das trocas, contribuem igualmente para tornar o homem estranho ao seu trabalho, estranho ao seu espaço, à sua terra, transformada praticamente em fábrica. Isto é ainda mais verdadeiro quando se impõe a necessidade de estandarizar a produção, aumentar a produtividade da terra, racionalizar a atividade e, desse modo, utilizar melhor cada tipo de gleba para uma determinada produção.

Também o espaço sofre os efeitos do processo: a cidade torna-se estranha à região, a própria região fica alienada, já que não produz mais para servir às necessidades reais daqueles que a habitam.

À medida que a cooperação estende sua escala espacial, o homem produtor sabe cada vez menos quem é o criador de novos espaços, quem é o pensador, o planificador, o beneficiário.

A intensificação das relações comerciais, induzindo à orientação da produção para a venda, é ao mesmo tempo um fator de alienação regional e de alienação do homem.<sup>9</sup> Como já não produz mais para prover às suas necessidades mais imediatas, num mundo onde a monetarização se generalizou, o homem se vê condenado a ser uma mercadoria. um valor de troca no mercado de trabalho. Nos países desenvolvidos, a racionalidade da alienação encontra contrapartida no emprego ou na ajuda financeira aos desempregados. No Terceiro Mundo, essa racionalidade permanece abstrata: o sistema ainda não pôde, aí, inventar uma falsa verdade para camuflar a realidade do não-emprego e da miséria.

Ao espaço não é indiferente essa mundialização do mercado e da mercadoria, prevista por Marx e definida por Avineri (1970) e Braverman (1974) em sua existência real. O espaço, soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra, é formado pelo espaço construído que é também espaço produtivo, pelo espaço construído que é apenas uma expectativa, primeira ou segunda, de uma atividade produtiva, e ainda pelo espaço não-construído mas suscetível — face ao avanço da ciência e das técnicas e às necessidades econômicas e políticas ou simplesmente militares — de tornar-se um valor, não-específico ou particular, mas universal, como o das mercadorias no mercado mundial.

O espaço, portanto, tornou-se a mercadoria universal por excelência. Como todas as frações do território são marcadas, doravante, por uma potencialidade cuja definição não se pode en-





contrar senão *a posteriori*, o espaço se converte numa gama de especulações de ordem econômica, ideológica, política, isoladamente ou em conjunto. De onde a idéia de um "marketing dos lugares", desenvolvida por P. Kotler (1973, p. 1.021), e que pode "consistir em esforços para influenciar as atitudes e estabelecer trocas de domicílios, de locais industriais e comerciais, de tetrenos, de viagens e imagens nacionais". Para Wiewiorka (1975, p. 109), "um tal *marketing*, suscetível de exercer-se em diferentes níveis espaciais, mais especialmente ao nível da cidade, evoca, à primeira vista, a idéia de um complemento ou de um substituto às práticas da planificação urbana."<sup>10</sup>

A partir do instante em que o comércio se baseia no valor de troca, a natureza e os homens passam a ser valorizados através de dados exteriores à sociedade considerada. Isto foi o ponto de partida de um duplo processo: um, que haveria de separar os homens entre compradores e vendedores da força-de-trabalho e, por isso, subordiná-los aos objetos; outro, que retiraria a esses mesmos objetos um valor fundado no trabalho necessário à sua produção, substituindo-o por um valor comercial. Desse modo, o homem tornou-se duplamente alienado.

Quanto mais as forças produtivas são desenvolvidas, maior é a parte do capital constante, isto é, do "trabalho morto", no aparelho produtivo, e mais o homem deve sujeitar-se às coisas que ele próprio construiu. Como escreveu Winston Churchill, "primeiro construímos nossas casas; depois são elas que nos constroem".<sup>11</sup> Do mesmo modo, Richta (1974, p. 212, nos diz que, na civilização industrial desenvolvida pelo capitalismo, o homem libertou-se de sua dependência dos elementos naturais, mas passou a depender de suas próprias criações, das matérias que fabricou e das forças que pôs em movimento.

Não são apenas os instrumentos de trabalho que exercem um domínio sobre o homem. Se toda a matéria trabalhada por ele torna-se igualmente coisa social e, segundo Sartre (1960, p. 244), um objeto portador de funções humanas, este produto cristalizado de seu trabalho impõe-lhe uma práxis que governa os seus movimentos e mesmo determina o modo como ele agirá no cotidiano.<sup>12</sup>



## O Espaço que Une e que Separa

Com a mundialização da sociedade, o espaço, tornado global, é um capital comum a toda a humanidade. Entretanto, sua utilização efetiva é reservada àqueles que dispõem de um capital particular. Com isso, a noção de propriedade privada de um bem coletivo é reforçada.<sup>13</sup>

A utilização deste capital comum, o único de que dispõe a humanidade, é seletivo. O espaço construído, a estrutura ecotécnica, é seletivamente utilizado pelos diversos tipos e modalidades de capital.<sup>14</sup>

“Todas as coisas colaboram quando são o que são”, poderíamos dizer com ironia, retomando a expressão de Woodbridge (1940, p. 127). Observemos, por exemplo, as novas formas de organização dos transportes e comunicações. Quantos não pensaram e escreveram que os milagres de rapidez, hoje tão largamente gabados, são um bem comum à humanidade? Na realidade, resultado de uma demanda antes internacional que só secundariamente diz respeito à maior parte dos países atingidos, essas facilidades não são utilizadas eqüitativamente entre as firmas nem entre os homens. De um lado, há os consumidores de espaço, os famintos de infra-estruturas; de outro, todo o resto. Os primeiros, firmas multinacionais e aparentadas, participam direta ou indiretamente da acumulação das economias avançadas, reservando para si as maiores vantagens.

Segundo H. Lefèbvre (1974, p. 121), “a forma do espaço social é o encontro, a reunião, a simultaneidade”, enquanto “o espaço-natureza justapõe, dispersa”. Se o espaço nada mais fosse que a forma física, isto seria totalmente verdadeiro; mas o espaço social distingue-se das formas vazias pelo próprio fato de sua cumplicidade com a estrutura social. Eis porque, com o desenvolvimento das forças produtivas e a extensão da divisão do trabalho, o espaço é manipulado para aprofundar as diferenças de classes. Esta mesma evolução acarreta um movimento aparentemente paradoxal: o espaço que une e separa os homens.

Isto vale para a totalidade do espaço, mais particularmente para as cidades. “Enquanto nossas cidades crescem, a distância entre os homens aumenta”, escreveu Doxiadis (1966). A própria cidade converteu-se num meio e num instrumento de trabalho, num utensílio como a en-





xada na aurora dos tempos sociais. Instrumento de trabalho *sui generis*, pois sua matéria é dada pelo próprio trabalhador. Quanto mais o processo produtivo é complexo, mais as forças materiais e intelectuais necessárias ao trabalho são desenvolvidas, e maiores são as cidades. Mas a proximidade física não elimina o distanciamento social, nem tampouco facilita os contatos humanos não-funcionais. A proximidade física é indispensável à reprodução da estrutura social. A crescente separação entre as classes agrava a distância social. Os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros.

O espaço que, *para* o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, *por* esse mesmo processo produtivo, os separa. Segundo Sartre (*Ibid.*, pp. 427-428), "o objeto reúne os esforços dos homens em sua unidade desumana". Ora, o espaço é a matéria trabalhada *por excelência*: a mais representativa das objetificações da sociedade, pois acumula, no decurso do tempo, as marcas das práxis acumuladas.

O que une, no espaço, é a sua função de mercadoria ou de dado fundamental na produção de mercadorias. O espaço, portanto, reúne homens tão fetichizados quanto a mercadoria que eles vêm produzir nele. Mercadorias e *les próprios*, sua alienação faz de cada homem um outro homem. O espaço, como esse ponto de encontro de que fala Lefèbvre (*Ibid.*, p. 121), é uma reunião de sombras ou, quando muito, um encontro de símbolos.

Como o espaço se tornou também um produto no mercado, é a sua raridade que une os homens. A noção de raridade de Sartre equivale à noção de exclusão e de finitude de Whitehead. Quando existe raridade, o que é realizado por um não pode ser realizado por outro, porque as formas de realização exprimem-se enquanto *isto* e não *aquilo* (Whitehead, 1938, p. 107). Trata-se de um contra o outro, da separação e não da união. Como cada qual tem o seu ser na relação com o outro, diz Badiou (1975, p. 91), a força de cada um se esgota na *relação de forças*.

A unidade dos homens pelo espaço é pois uma falsa unidade, a unidade externa da atividade de todos enquanto outros, segundo a expressão de A. Gorz (1968, pp. 253-254). É desta falsa unidade que a separação se alimenta. Os progressos de nossa infeliz civilização conduzem mais e mais a uma sociedade atomizada por um espaço que dá a impressão de reunir. O mundo do prático-inerte, diz Silvano Sportelli (1974, p. 96), apresenta o mesmo movimento e a mesma estrutura do processo de fetichização: a matéria trabalhada mediatiza e reifica os indivíduos separados, ao tirar-lhes a possibilidade de uma visão de conjunto da realidade.<sup>15</sup>

O próprio espaço nos aparece como um todo fragmentado. Como as práxis de cada um são fragmentárias, o espaço dos indivíduos aparece como fragmentos de realidade e não permite



reconstituir o funcionamento unitário do espaço.

O espaço, habitação do homem, é também o seu inimigo, a partir do momento em que a unidade desumana da coisa inerte é um instrumento de sua alienação.

## Da Aparência à Essência

Diante de uma paisagem, ou nossa vontade de apreendê-la se exerce sobre conjuntos que nos falam à maneira de cartões postais, ou então nosso olhar volta-se para objetos isolados. De um modo ou de outro, temos a tendência de negligenciar o todo; mesmo os conjuntos que se encontram em nosso campo de visão nada mais são do que frações de um todo.

A paisagem, certo, não é muda, mas a percepção que temos dela está longe de abarcar o objeto em sua realidade profunda. Não temos direito senão a uma aparência. Dizia Hegel que "... a verdade não é uma moeda que pode ser dada e embolsada" (Hegel, Prefácio à *Phenomenology*, III, I, 11; in Kaufmann ed., 1966, p. 58). O objeto possui duas faces: a verdadeira, que não se entrega diretamente ao observador, e a face visível, amoldada pela ideologia.<sup>16</sup>

Isto se tornou banal depois da revolução da forma e da fabricação do objeto cultural, atribuídas à escola Bauhaus. A arquitetura adaptou-se ao novo mundo dos negócios, à concentração e à estandardização na indústria da construção, à rigidez dos novos materiais e das novas máquinas. O *design* deveria suceder e não mais preceder, e a tal ponto que se pôde falar de uma arquitetura sem arquitetos. Era a glorificação do repetitivo, do feio, a serviço de uma reprodução mais rápida do capital. Enquanto Mies van der Rohe<sup>17</sup> fala da necessidade de uma ordem que dê a cada coisa o seu lugar em relação à sua própria natureza, as exigências da produção de massa, diz E. Larrabée (1966), conduziram ao apego à ordem em detrimento da variação. A feiúra dos objetos da vida cotidiana impera, exclama R. S. Latham (1966, p. 280), ao mesmo tempo em que lamenta o abandono da Natureza como modelo de beleza. A emotividade, presença humana na coisa inanimada e orgulho da arquitetura do passado, foi igualmente sacrificada.<sup>18</sup> Temos agora uma arquitetura desprovida de afetividade (H. Meyer, 1964).

A expressividade da forma veio chocar-se com dois inimigos principais: os modelos universais e a semantização universal. Trata-se, de fato, de processo e resultado, tendo como causa motriz





a necessidade de transformar tudo em valor de troca. É a era da arquitetura funcional.<sup>19</sup> Essa nova arquitetura empreendeu racionalizar a produção, sem consideração pela forma e à custa de sua própria autonomia. Atinge-se assim “essa universal semantização do ambiente, em que tudo se torna objeto de cálculo de função e de significação”, segundo Baudrillard (1972, p. 230). É o objeto manufaturado, carregado de significações “atribuídas”, falseado por uma significação das coisas para além das próprias coisas; é a arquitetura como *massa-média*,<sup>20</sup> prenhe de intencionalidade e de simbolismo.

Os construtores do espaço não se desembaraçam da ideologia dominante quando concebem uma casa, uma estrada, um bairro, uma cidade. O ato de construir está submetido a regras que procuram nos modelos de produção e nas relações de classe suas possibilidades atuais.

Todos nós somos hoje como o cocheiro de Heine, a quem este perguntou o que eram as idéias. A resposta foi: “idéias são coisas que enfiam na nossa cabeça” (Ortega y Gasset, 1936, 1963, p. 302). Heine se lembrava de Hegel e do laborioso processo de elaboração do conhecimento. Em nossos dias, o conhecimento mercantilizou-se como tudo o mais, e as idéias são “*designed*” antes de serem fabricadas; já não representam as coisas tal como elas existem; procuram criar uma nova existência pela fabricação de objetos dotados de uma finalidade submetida à lei do mercado.

A própria ideologia é objetiva, dissimulando o real e tentando impor-lhe a sua significação no momento crucial da objetivação da totalidade.<sup>21</sup> O que se encontra na forma-objeto como *significante*, encontra-se na totalidade como *significado*.<sup>22</sup>

A característica da elaboração simbólica, diz P. Fraisse (1976, p. 5), “está em que ela se exerce sobre símbolos que ocupam o lugar de outra coisa, que representam um referente, ou seja, uma outra realidade. O símbolo é presente, mas a realidade à qual ele remete pode ser presente ou ausente, passada ou futura, existente ou tão-somente possível”. Tais símbolos são “formas que *representam* objetos; que estão em relação entre si, ao mesmo tempo em que são *distintos*; que dependem de si próprios assim como os objetos dependem deles, constituindo porém *entidades autônomas*” (A. Lorenzer, 1962, p. 82). Os símbolos adquirem vida própria e tornam mais eficaz a feticização da matéria inerte. Nascidos quase sempre antes que o próprio objeto tenha sido fabricado, dão-lhe uma significação engendrada igualmente *a priori*.

De fato, como observa Godelier (nov. 1966, p. 832), “não é o sujeito que se engana, é a realidade que o engana”. É o pseudo-real, que K. Kosik chama de pseudoconcreto.

Deste ponto de vista, a paisagem é qualquer coisa de temível. A semantização geral dos ob-



jetos, de que falou Baudrillard (1972), dá ao envoltório artificial da Terra uma significação cada dia mais equívoca, fazendo da paisagem, na medida mesma de seu grau de artificialidade, uma espécie de mentira funcional. Os locais de trabalho, de estudo, de lazer, o quadro de nossa vida quotidiana, são concebidos como mercadorias, para seduzir e atrair o consumidor. Na verdade, todos esses rostos se resumem num só, o da mais completa fetichização. O rosto medonho é o único que se nos oferece, antes de reconstruir-se logicamente e historicamente o processo de criação dessa mercadoria *sui generis* que é o espaço construído.

Tudo isso torna a leitura da paisagem, e a *fortiori* do espaço, extremamente difícil. A dificuldade, no entanto, é talvez mais aparente que real. Se existe multiplicidade, é a dos objetos individuais, e o que procuramos não é uma lei dos objetos. Os objetos não passam de objetivações e individualizações. O que nos interessa é a lei do movimento geral da sociedade, pois é pelo movimento geral da sociedade que apreendemos o movimento geral do espaço.<sup>23</sup>

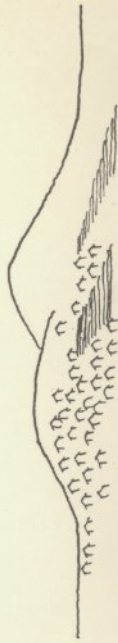
### *Um Espaço para o Homem*

Para desmistificar o espaço, cumpre levar em conta dois lados essenciais: de um lado a paisagem, funcionalização da estrutura técnico-produtiva e lugar da fetichização; do outro, a sociedade total, a formação social que anima o espaço. Por conseguinte, cabe-nos também desmistificar o homem.

Vemo-nos ao mesmo tempo diante de um problema de conhecimento e diante de um problema moral.

Desfetichizar o homem e o espaço é arrancar à Natureza os símbolos que ocultam a sua verdade, vale dizer: "tornar significante a Natureza e tornar naturais os signos" (Gillo Dorfles, jan. 1972)<sup>24</sup> é revalorizar o trabalho e revalorizar o próprio homem, para que ele não seja mais tratado como valor de troca.

Só o estudo da história dos modos de produção e das formações sociais nos permitirá reconhecer o valor real de cada coisa no interior da totalidade. A totalidade, objeto da nossa pesquisa, é algo muito diferente de uma universalidade parcial, sistema de privilégios e privilégios dos que, para se imporem à humanidade, deve antes de mais nada adormecê-la. Essa universa-





lidade não é a verdade que a Filosofia esperava da Natureza. E a Natureza invertida, o homem sem verdade de Ortega y Gasset (1936, 1963, p. 293), mediatizados por uma sociedade que já não sabe onde começa e onde termina a ideologia. A ciência daí decorrente e a visão de mundo que ela oferece só se podem fundar numa alienação epistemológica.

Poucos geógrafos e cientistas sociais suspeitaram que toda discussão filosófica em torno da percepção e da objetividade os interessava, da mesma forma que a metamorfose do universal em particular, da essência na existência, que constituem a base mesma de uma fenomenologia da Natureza. A discussão teórica limitou-se, a princípio, ao diálogo homem-natureza, mas essa discussão apresentava-se sob uma forma dualista.

Permaneceu-se finalmente na idéia de que a percepção não se referia ao sujeito, nem pouco ao objeto, de que o comportamento era estranho às determinações sociais, como se a práxis individual de cada um, reunida às práxis individuais dos demais, desse como resultado a práxis social em sua totalidade. O espaço dos geógrafos acabou por ficar tão fragmentário quanto o espaço fetichizado e a Geografia tornou-se ideológica, hostil ao real.

Enquanto tudo neste mundo é regido pela lei do movimento, as ciências do homem preferem deter o pensamento e dissociar-se da dinâmica social, isto é, da realidade. Quanto o método está aquém da descoberta, as ciências humanas ficam atrasadas em relação ao futuro e mesmo em relação ao presente, por trabalharem unicamente com o já feito.<sup>25</sup>

Deveríamos fazer da autocrítica um ato de consciência assim como Saul Bellow o fez em relação aos escritores quando recebeu o Prêmio Nobel de Literatura de 1976, ao dizer: "Nós não representamos a humanidade de maneira adequada".

Certo, nós não mudaremos o mundo, mas podemos mudar o modo de vê-lo. Isto é importante porque só assim poderemos escapar ao dogmatismo epistemológico e marcar um encontro com o futuro. Precisamos, ainda uma vez, recorrer a Sartre (1963, p. 96) para dizer que "tudo muda quando se considera que a sociedade é apresentada a cada homem como uma *perspectiva do futuro*, e que esse futuro penetra até ao coração de cada um como uma motivação real ao seu comportamento".

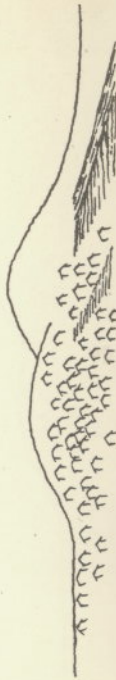
Haveremos então de construir uma outra moral, aquela reclamada por Erich Fromm (1976) para a humanidade rejuvenescida, moral onde o ser ultrapassa o ter, onde a generosidade ultrapassa o egoísmo. Mas uma moral é também um programa político, caso não queira esgotar-se na retórica. Se, como afirma V. Ferkiss (1974, p. 101), esta filosofia "é essencial se quisermos sobreviver como seres humanos numa sociedade humana", devemos então bater-nos para



que ela triunfe, fabricando os instrumentos teóricos e práticos da reconstrução.

Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado.

Freud





<sup>1</sup>“(...) É da natureza do sistema de produção capitalista que se produza sem levar em conta os limites do mercado (...)”. *Theories on Surplus Value*, Tom. II, Cap. XVII, 12, XIII-716, p. 522. “O mercado expande-se mais lentamente que a produção”. *Idem*, *Ibidem*, p. 524. “Ao fim do ciclo (...) o mercado se torna mais estreito que a produção” ... *Idem*, *Ibidem*, p. 524.

<sup>2</sup>A preponderância de uma burguesia exportadora no interior da economia nacional é relacionada à falta de um mercado interno. Isto torna difícil a existência de indústrias viáveis produzindo para o consumo nacional. É preciso notar que a criação de um mercado interno implica em profundas mudanças da estrutura social. Sem estas modificações, nada é possível. Rodrigo Parra Sandoval, “The Occupational Mobility of Middle Strata”, in Havens and Flinn, 1970, p. 221.

<sup>3</sup>Kenneth E. Boulding, “Environment and Economics” in William W. Murdoch, *Environment*, Stanford, Conn., 1971, p. 359.

<sup>4</sup>“... uma grande parcela da produção atual é, essencialmente, um fluxo necessário para manter o estoque de bens em vias de serem usados”. Boulding, 1971.

<sup>5</sup>O espaço é pois o lugar das relações de produção, no entanto ele não é apenas um efeito destas relações (...) Ele contribui para produzir, reproduzir, transformar os modos de produção. Ele é pois uma dimensão ativa do devenir das sociedades. Paul Vaille, 1974, p. 30.

<sup>6</sup>“O conceito de eficiência é um conceito tecnológico que se relaciona apenas com a produção e deixa de lado o que diz respeito à satisfação dos consumidores”. M. Godelier, 1969, p. 60.

